



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA A CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Bruna dos Santos de Jesus¹

Bárbara de Brito Oliveira²

Emma Maribel Chiolini³

Adriana Costa Sales Lima⁴

Cláudia Paranhos de Jesus Portela⁵

RESUMO

O relato de experiência sobre o Programa de Iniciação à Docência tem como objetivo refletir sobre a formação de futuras pedagogas, destacando a importância de diálogos acerca de cidadania e direitos humanos. A justificativa para essa reflexão reside na necessidade urgente de promover uma educação que respeite e valorize a diversidade, garantindo que todos/as os/as estudantes do Ensino Básico, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. A metodologia foi colaborativa e participativa, através de observações, registros no diário de bordo, atividades, encontros, formações, discussões durante o programa, em que tivemos contato com estudantes da escola pública, localizada na cidade de Salvador- Bahia. O referencial teórico foram os estudos dos textos trabalhados nos encontros formativos. Essas experiências foram documentadas por meio de reflexões escritas e debates em grupo, permitindo uma análise crítica das práticas pedagógicas. Os resultados obtidos mostram que a experiência no programa resultou em uma maior conscientização das estudantes de licenciatura em Pedagogia sobre a relevância da inclusão e da diversidade no ambiente escolar. Os diálogos promovidos fomentaram uma visão crítica sobre cidadania e direitos humanos entre coordenadora e supervisora do Programa de Iniciação à Docência, juntamente com as futuras pedagogas, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais para a prática docente levando em consideração o trabalho colaborativo. Além disso, as atividades práticas demonstraram que estratégias inclusivas podem ser implementadas com eficácia nas salas de aula, resultando em um ambiente educacional mais acolhedor e respeitoso para todos/as estudantes. Assim, o Programa de Iniciação à Docência evidenciou que a formação voltada para a educação contempla todas as pessoas, sendo indispensável para construção de uma sociedade justa e igualitária em direitos, onde cada indivíduo é reconhecido em sua singularidade e potencialidade. A formação docente deve ser contínua e inclusiva estando em constante diálogo com as demandas sociais.

Palavras-chave: Licenciatura, Educação, Cidadania, Direitos Humanos.

¹ Discente do curso de pedagogia 5ºsemestre, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- DEDC, campus I, Salvador -BA. E-mail: bruranha@yahoo.com.br

² Discente do curso de pedagogia 5ºsemestre, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- DEDC, campus I, Salvador -BA. E-mail: barbaramarilza@yahoo.com.br.

³ Discente do curso de pedagogia 5ºsemestre, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- DEDC, campus I, Salvador -BA. E-mail: emmachio@yahoo.it.

⁴Graduada pelo Curso de Pedagogia e Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA. E-mail: didiuufba@gmail.com.

⁵ Professora titular do Departamento de Educação/Universidade do Estado da Bahia. Pós doc em Educação, Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação. Coordenadora de Área do PIBID/Pedagogia . E-mail: cpjesus@uneb.com





INTRODUÇÃO

A formação de educadores é um processo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, e o Programa de Iniciação à Docência - (PIBID) se apresenta como uma iniciativa inovadora e transformadora nesse contexto. Este relato de experiência tem como objetivo refletir sobre as vivências adquiridas ao longo do programa, por parte de futuras pedagogas, professora, supervisora e coordenadora para os desafios do exercício docente, enfatizando a importância de diálogos acerca de cidadania e direitos humanos. A partir do subprojeto intitulado “Educação Inclusiva na escola básica: os direitos humanos e a busca da igualdade para todos (as)” do edital nº 10/2024 pela Universidade do Estado da Bahia em Salvador- Bahia, com vigência de 01 de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2026, coordenado pela professora Cláudia Paranhos de Jesus Portela.

Nos tempos atuais, em que as desigualdades sociais e a exclusão ainda são realidades presentes no cotidiano escolar, torna-se imprescindível que a formação docente não se restrinja apenas ao domínio de conteúdos curriculares. É necessário que futuros educadores desenvolvam uma consciência crítica sobre seu papel na promoção da inclusão e na valorização da diversidade. O Programa de Iniciação à Docência- (PIBID) busca justamente essa reflexão, proporcionando um espaço onde os participantes possam discutir e vivenciar práticas pedagógicas que respeitem e promovam os direitos humanos. Para Helder Eterno da Silveira (2015) enquanto uma ação indutora da aproximação entre a instituição formadora e a escola abarca todas as tipologias de cursos de licenciatura no Brasil. O Programa de Iniciação a Docência permite que o estudante dos cursos de licenciatura se aproxime da escola e, nela, desenvolva sua profissão. Ainda para Helder Eterno da Silveira (2015) o programa é uma ação de apoio aos cursos de licenciatura mais ousado do ponto de vista da formação que se pretende. Por essa razão, destacamos a importância de diálogos acerca de cidadania e dos direitos humanos levando em consideração as questões de gênero, raça, classe social, sexualidades, acessibilidade entre outros.

Através de observações em sala de aula, registros reflexivos, discussões em grupo e encontros formativos, tivemos a oportunidade de analisar criticamente algumas experiências e confrontá-las com os princípios éticos que regem a educação para a diversidade. De acordo



com a Portaria nº 90 da CAPES, publicada em 25 de março de 2024, constituiu o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- (PIBID). Lei 13.146/2015 Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), como também a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que também estabelece diretrizes para a educação especial e inclusiva. Como a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares. Fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Essa abordagem enriquece a formação teórica, como também fortalece o compromisso dos educadores com uma prática pedagógica que valoriza a cidadania.

Os resultados obtidos mostram que a experiência no Programa de Iniciação à Docência resultou em uma maior conscientização das estudantes de licenciatura em Pedagogia sobre a relevância da inclusão e da diversidade no ambiente escolar. Ao final, esperamos evidenciar como o Programa de Iniciação à Docência se torna um espaço propício para o desenvolvimento de competências essenciais na formação de educadores comprometidos com um futuro mais inclusivo e igualitário.

METODOLOGIA

A duração do projeto são de 24 (vinte e quatro) meses, sendo que nos primeiros 10 meses além da vivência no ambiente escolar, tivermos discussões de textos voltados para direitos humanos, formação de educadores e dinâmica que dialogavam com o tema discutido nas reuniões formativas. Com uma abordagem colaborativa e participativa o programa priorizou a compreensão das experiências individuais e coletivas, permitindo que se envolvessem ativamente no processo de aprendizagem. Um dos principais componentes dessa metodologia foi a realização de observações em campo, onde pudemos vivenciar a realidade educacional em escola pública, interagindo com estudantes do ensino básico de diferentes contextos socioeconômicos. Essas experiências práticas foram fundamentais para que refletíssemos sobre as práticas pedagógicas existentes e identificássemos as oportunidades para promover inclusão e diversidade.





Os encontros do grupo acontecem duas vezes na semana presencial, um dia para dialogarmos sobre o desenvolvimento das atividades previstas e o outro dia é dedicado a estarmos na escola para vivenciar a experiência docente. Discutimos sobre conceitos e fundamentação teórica também com o Grupo de Pesquisa Educação Especial, Inclusão e Diversidade (EDUCID), onde tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas na área da educação especial e inclusiva, que faz parte da Universidade do Estado da Bahia e do Programa Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - (GESTEC). Destacamos que além dos dois dias presenciais dedicamos mais um dia da semana para fazermos leituras de livros, artigos entre outros.

As atividades desenvolvidas foram leituras voltadas para a perspectiva da orientação do Trabalho Colaborativo da autora Dinah Vasconcellos Terra (2004); o Diário de Bordo de Denise Moura de Jesus Guerra (2014); Educação Inclusiva dos autores Adriana Marques dos Santos Laia Franco (2019); Gabriel Eduardo Schutz (2019); Ações Afirmativas de Flávia Piovesan (2006); Direitos Humanos do autor Eduardo R. Rabenhorst (2008) e Direitos Humanos e Cidadania de Marconi Pequeno (2008). Além da participação de palestras presenciais e online, vídeos para mobilização e dinâmica em grupos para discutirmos a importância de se trabalhar em grupo. O subprojeto está dividido em três fases, que são: observação; coparticipação e intervenção que colocamos em prática a observação e o registro no diário de bordo no ambiente escolar, a partir das experiências de estudantes de licenciatura em pedagogia na escola pública, evidenciamos alguns desafios quanto também muitas possibilidades do ensino na educação básica.

Durante o programa, fomos incentivadas a manter um diário de bordo, onde registramos reflexões sobre as experiências vividas. Esses registros serviram como uma ferramenta importante para a análise crítica, permitindo que cada participante refletisse sobre seu desenvolvimento pessoal e profissional ao longo do programa. Além disso, os encontros formativos incluíram dinâmicas de grupo e debates sobre temas centrais como cidadania e direitos humanos. O programa também incluiu atividades práticas que permitiu a construção de projetos colaborativos e elaboração de propostas pedagógicas inclusivas, em um ambiente escolar acolhedor para todos os estudantes.





A nossa inserção no Programa de Iniciação à Docência nós possibilitou colocarmos a teoria na prática como foi a experiência de termos vivenciado a Jornada Pedagógica 2025 da Secretaria Municipal da Educação (SMED) de Salvador, Bahia. A Jornada teve como tema central "Diálogos Étnico-Raciais: por uma educação antirracista", que dialoga com a cidadania e direitos humanos. Elaboramos projeto didático intitulado “A minha escola tem nome e sobrenome: conhecendo nossas raízes” com ações propostas para realizarmos na fase da coparticipação e intervenção em sala de aula como pesquisa sobre a origem do nome da escola, realização de entrevistas com funcionários, ex-alunos e pessoas mais antigas residentes das imediações do bairro da escola.

Assistimos também filmes “Como Estrelas na Terra - toda criança é especial” um filme indiano, dirigido por Aamir Khan e lançado em 2007, que aborda a história de Ishaan Awasthi, um garoto de oito anos que enfrenta dificuldades na escola devido à sua dislexia. É o curta – metragem “Vida Maria”, lançado no ano de 2006, produzido por Márcio Ramos, para associarmos aos fundamentos dos direitos humanos voltado para a perspectiva das discussões de gênero. A partir desse curta-metragem fizemos alguns questionamentos: De que forma a negação do direito à educação promove a violação de outros direitos humanos? De que forma esse fato afetou o exercício pleno da sua cidadania comprometendo seu futuro e permitindo a reprodução de uma trajetória de pobreza e sofrimento? Qual a importância das políticas públicas de direitos humanos para assegurar que os interesses dos indivíduos sejam resguardados?

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos realizados pelo grupo são fundamentados na perspectiva do trabalho colaborativo como processo de ensino-aprendizagem que para Dinah Vasconcelos Terra (2004) vai destacar a importância da colaboração entre educadores na construção do conhecimento docente, enfatizando que o planejamento coletivo é essencial para promover práticas pedagógicas. A troca de experiências e saberes entre os professores enriquece a formação, contribui para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e reflexivo.

É importante enfatizarmos a produção dos diários reflexivos como ferramentas que possibilitam a construção do conhecimento e a reflexão crítica sobre a prática docente. Esses





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

diários além de documentar experiências, também promovem diálogos significativos acerca de cidadania e direitos humanos, permitindo que as futuras pedagogas compreendam melhor seus acertos, questionamentos, inseguranças e seus erros, nos tornando protagonistas do nosso próprio processo de formação. Para Denise Moura de Jesus Guerra (2014) a reflexão constante sobre a prática pedagógica contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética, essencial na formação de educadoras comprometidas com a inclusão e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Destacamos também a importância de conhecermos a Portaria 90 da CAPES⁶ que trata do regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, que define os procedimentos e requisitos para a participação de instituições de ensino superior e estudantes de licenciatura no programa, com o objetivo de fomentar a iniciação à docência e aprimorar a formação de professores. Assim estabelece as diretrizes para a seleção de projetos institucionais, a concessão de bolsas e as atribuições dos participantes do programa que foi uma das principais informações que estudamos ao ingressarmos no subprojeto.

A docência sustenta-se na importância da educação inclusiva, conforme abordado por Adriana Marques dos Santos Laia Franco e Gabriel Eduardo Schutz (2019) os autores afirmam que a inclusão é um direito fundamental garantido pela Constituição brasileira, que visa assegurar a todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, o acesso a uma educação de qualidade. Os autores destacam a urgência de práticas pedagógicas que promovam um atendimento educacional especializado, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade. Essa perspectiva ao enfatizar que as práticas pedagógicas devem incluir uma preparação para lidar com essa diversidade, promovendo diálogos que engajem os alunos na reflexão sobre cidadania e direitos humanos.

Assim, este referencial teórico orienta a prática docente, visando a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e justo em que destacamos a importância do Programa de Iniciação à Docência abordar leis que garante a educação inclusiva no Brasil, a Lei 13.146/2015 Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), como também a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que também estabelece diretrizes para a educação especial e inclusiva.

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.



A questão da cidadania e dos direitos humanos estão articuladas nas ações afirmativas, e na Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares. Para Flávia Piovesan (2006) a importância das ações afirmativas como instrumentos para a promoção da igualdade e a correção de desigualdades históricas, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A Lei 10.639/03 complementa essa argumentação ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural presente no Brasil, garantindo que todos/as estudantes tenham acesso ao conhecimento sobre a contribuição das populações negras e do continente africano, promovendo práticas educativas que respeitem a diversidade cultural no ambiente escolar.

Na Constituição Federal de 1988, que consagrou o Brasil a um Estado Democrático de Direito, reconheceu, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e os direitos ampliados da cidadania (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais). O Brasil passou a ratificar os mais importantes tratados internacionais (globais e regionais) de proteção dos direitos humanos, além de reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Ao implementar essas diretrizes, a escola pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a promoção e defesa dos direitos humanos. Eduardo R. Rabenhorst (2008) explora a definição e a importância dos direitos humanos como um conjunto de normas e princípios que visam garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os indivíduos. Para o autor, os seres humanos são detentores de determinados direitos em razão de sua dignidade e do valor absoluto que eles possuem. Sendo que os direitos humanos podem servir como um instrumento à construção de uma sociedade justa e solidária.

O artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Durante as nossas vidas, somos limitados em alguns direitos que nem temos conhecimentos. A educação é um dos caminhos que nos orienta a sermos seres críticos e que nos fornece ferramentas para que possamos ter conhecimentos e lutarmos por nosso direito, como a liberdade saúde e educação. Marconi Pequeno (2008) discorre que os direitos humanos são aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Ainda para o autor, tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição como a biológica, psicológica, econômica, social, cultural e política.





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Os direitos humanos estão baseados na ideia de dignidade. A dignidade é a qualidade que define essência da pessoa humana, ou ainda é o valor que confere humanidade ao sujeito. Por isso, é possível defender e promover a dignidade do indivíduo mediante meio educativos apropriados onde o processo educacional, pode fornecer instrumentos necessários para que ele possa construir as bases de um viver compartilhado e baseado nos valores de solidariedade, justiça, respeito mútuo, liberdade e responsabilidade. Marconi Pequeno (2008) vai explorar a interconexão entre a ética, a prática educativa e a formação da cidadania, ressaltando que a educação deve ser também um espaço para a formação de valores éticos e sociais. O autor argumenta que a ética é fundamental para a construção da cidadania, pois os cidadãos éticos são aqueles que reconhecem e respeitam os direitos dos outros, promovendo uma convivência harmoniosa e justa. Nesse sentido, a formação deve incluir uma reflexão crítica sobre como os princípios éticos podem ser incorporados na prática pedagógica, estimulando diálogos que abordem temas como justiça social, igualdade de direitos e respeito à diversidade.

Ao integrar esses elementos nos cursos de licenciatura, e ao Programa de Iniciação à Docência além de preparar as bolsistas para ensinar conteúdos curriculares, também as preparam para serem mediadoras de discussões sobre cidadania e direitos humanos. Isso implica em criar um ambiente escolar onde os alunos possam desenvolver sua consciência crítica e seu compromisso social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos mostram uma maior conscientização das estudantes de licenciatura em Pedagogia sobre a relevância da inclusão e da diversidade no ambiente escolar. Ao longo do programa foram expostas a diversas situações e contextos que levaram a refletir sobre as práticas educativas como trabalhar em colaboração, a observação e o registro a partir do diário formativo, como leituras, atividades e encontros semanais.

O subprojeto prepara os estudantes universitários no contexto escolar visando promover o desenvolvimento de experiências de aprendizagem que lhes permitam compreender como a docência se desenvolve por meio do processo de relações intersubjetivas, onde a observação, a participação e a iniciação estão no contexto do



programa. Os conhecimentos adquiridos por meio de ações pedagógicas em sala de aula e práticas educativas no campo da docência.

possibilitaram uma formação que desenvolve o saber-fazer, ou seja, um conjunto de conhecimentos internalizados (conceitos, teorias, valores, procedimentos, metodologias, estratégias) adquiridos por meio da experiência, para desempenhar efetivamente o papel no processo de ensino-aprendizagem.

Ao vivenciamos a realidade das escolas públicas, enquanto participantes, nos ajudou aprimoramos nossas práticas pedagógicas voltadas para as questões de gênero, raça, classe social, acessibilidade entre outros marcadores sociais. Por tanto os resultados evidenciam uma transformação nas nossas atitudes e práticas em relação à inclusão e diversidade no ambiente escolar. Essa formação é essencial para preparar futuras educadoras comprometidas com uma sociedade mais igualitária em direitos e oportunidades em que todas as pessoas tenham dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, reforçamos a ideia de que a formação docente deve ser contínua e estar em constante diálogo com as demandas sociais. O Programa de Iniciação à Docência (PIBID), ao promover essa conexão entre teoria e prática, e ao incentivar a reflexão sobre valores éticos e direitos humanos, nos prepara para serem agentes de transformação e estamos aptas a criarmos ambientes escolares inclusivos, promovendo a equidade e garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Desta forma, a experiência, até esse presente momento da formação, foi importante para a construção de uma prática pedagógica mais consciente, inclusiva e comprometida com uma sociedade mais justa.

As experiências vivenciadas por nos bolsistas do curso de Pedagogia com a coordenadora e supervisora, atuantes da rede municipal de ensino, buscamos compreender ainda mais sobre o nosso papel na sociedade. Planejamos uma ação pedagógica de maneira inclusiva e colaborativa, voltadas para uma educação fundamentada nos princípios democráticos e nos direitos humanos.





REFERÊNCIAS

Como estrelas na terra - toda criança é especial. Direção: Aamir Khan; Roteiro: Amole Gupte, Estúdio/Distrib: Aamir Khan Productions; Índia, 2007, 140min.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Produção do Conhecimento na Educação dos Indivíduos com Deficiência. Revista Movimento, Niteroi, n. 6, P. 69-90.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. **Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado.** SAÚDE DEBATE | Rio de Janeiro, V. 43, N. ESPECIAL 4, P. 244-255, DEZ 2019.

GERRA, Denise Moura de Jesus. Diário Reflexivo como Atos de Currículo e Dispositivos de Formação. In: MACEDO, Roberto Sidnei et al. **Saberes Implicados, Saberes que Formam: A diferença em perspectiva.** Salvador: EDUFBA, 2014. P. 193 – 203.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral da ONU. Disponível em: https://cibercrime.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem_1.pdf. Acesso em: 21 março 2025.

PEQUENO, Marconi. O Fundamento dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al (Org). **Direitos Humanos: capacitação de educadores.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.p. 23-28.

PEQUENO, Marconi. Ética, Educação e Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al (Org). **Direitos Humanos: capacitação de educadores.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.p. 35-40.



PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis. setembro-dezembro/2008

RABENHORST, Eduardo R. O que são Direitos Humanos?. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al (Org). **Direitos Humanos: capacitação de educadores.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.p. 13-22

SILVEIRA, Helder Eterno da. MAS, AFINAL: O QUE É INICIAÇÃO À DOCÊNCIA? **Atos de Pesquisa em Educação.** Blumenau, v. 10, n.2, p.354-368, 2015.

TERRA, Dinah Vasconcellos. **Orientação do Trabalho Colaborativo na Construção do Saber Docente: A perspectiva do planejamento coletivo do trabalho pedagógico (PCTP).** Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157-179, janeiro/abril de 2004.

_____ Vida Maria, um curta-metragem que todos os alunos devem assistir. Revista Prosa Verso e Arte.20 de março de 2022. Disponível em: https://www.revistaprosaversoearte.com/vida-maria-um-curta-metragem-que-todos-os-alunos-devem-assistir/#goog_rewared. Acesso em: 21 março 2025.

.